

Desequilíbrio obrigou o recurso ao FMI

Brasília — Quando o Brasil assinou um acordo com o FMI, em 6 de abril de 1983, com vistas ao equilíbrio do balanço de pagamentos, tinha, como objetivo, prover suporte financeiro externo a um programa de ajustamento econômico. A curto prazo, pretendia reduzir os desequilíbrios internos e externos da economia e, a médio prazo, introduzir mudanças estruturais que permitissem o retorno às taxas de crescimento elevadas.

Entre 1970 e 1980, os investimentos efetuados nas indústrias básicas e de bens de capital foram

calculados em cerca de 39 bilhões de dólares. Assinando o acordo com o Fundo, vieram o desaquecimento da economia e a recessão, que passaram a conviver com uma companhia incômoda: o serviço da dívida externa.

A usina nuclear de Angra 1 gerou apenas prejuízos. A empresa responsável pela operação de Angra 1 (Furnas, subsidiária da Eletrobrás) apresentava, ao final de 1982, um endividamento externo da ordem de 2 bilhões 700 milhões de dólares.

Angra 1 (e o programa nuclear, em geral) é

sempre caracterizada como o mais absurdo exemplo de megalomania vívida pela administração federal, durante certa época, contribuindo em larga escala para alimentar o monstro que se chama déficit público.

Nessas circunstâncias, ocorrem as chamadas transferências do Tesouro, quando o Governo retira recursos captados através de impostos, ou seja, dinheiro que sai dos bolsos dos contribuintes, e os joga nas estatais.